

Assegurar a regulamentação e coordenar a sua implementação nacional, com os organismos envolvidos, das matérias relativas aos princípios e normas gerais da legislação alimentar e da regulamentação comunitária em matéria de higiene dos géneros alimentícios;

Acompanhar e coordenar, no MADRP, as matérias relativas ao licenciamento industrial e ao funcionamento das agro-indústrias;

Assegurar a regulamentação e coordenar a implementação nacional dos registos de operadores previstos na regulamentação comunitária e nacional;

Assegurar a coordenação do controlo oficial previsto na regulamentação comunitária bem como das missões do Serviço Alimentar e Veterinário da União Europeia (FVO);

Coordenar o funcionamento do Sistema de Alerta Rápido;

Assegurar a coordenação da certificação dos géneros alimentícios e dos materiais em contacto com géneros alimentícios;

Coordenar a certificação de qualidade das bebidas espirituosas de origem não vínica;

Assegurar a representação nacional nas matérias da sua competência junto das diferentes instâncias da União Europeia e de outras organizações internacionais.

16 de Outubro de 2007. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais

Aviso (extracto) n.º 20 789/2007

Por despacho de 17 de Setembro de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público Grou-Vilarinho do Bairro, requerida por Rodoviária da Beira Litoral, S. A., com sede na Avenida de Fernão de Magalhães, Coimbra.

2 de Setembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Graça Albuquerque Fernandes*.

2611057052

Aviso n.º 20 790/2007

Por despacho de 27 de Setembro de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, em substituição nos termos no n.º 2 do artigo 41.º do CPA, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de passageiros entre Fonte das Avencas-Lisboa (Colégio Militar), de modo a servir a nova urbanização construída no Casal da Mira, requerida por Vimeca Transportes — Viação Mecânica de Carnaxide, L.ª, com sede na Estrada Consiglieri Pedroso, 81 Queluz Baixo, 2730-260 Barcarena, passando a carreira a designar-se por Casal da Mira (P/Urbanização)-Lisboa (Colégio Militar).

3 de Outubro de 2007. — Pela Directora, a Chefe de Secção, *Maria Fernanda Pinto*.

2611057399

Aviso (extracto) n.º 20 791/2007

Por despacho de 17 de Setembro de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público Poutena-Vilarinho do Bairro, requerida por Rodoviária da Beira Litoral, S. A., com sede na Avenida de Fernão de Magalhães, Coimbra.

9 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Graça Albuquerque Fernandes*.

2611057058

Aviso (extracto) n.º 20 792/2007

Por despacho de 17 de Setembro de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público Poutena-Vilarinho do Bairro, requerida por Rodoviária da Beira Litoral, S. A., com sede na Avenida de Fernão de Magalhães, Coimbra.

9 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Graça Albuquerque Fernandes*.

2611057056

Aviso (extracto) n.º 20 793/2007

Por despacho de 17 de Setembro de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público S. Lourenço do Bairro-Vilarinho do Bairro, requerida por Rodoviária da Beira Litoral, S. A., com sede na Avenida de Fernão de Magalhães, Coimbra.

9 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços, *Graça Albuquerque Fernandes*.

2611057053

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 2195/2007

Por deliberação da direcção do LNEC, I. P., de 12 de Outubro de 2007, precedida da anuência do conselho de administração do Hospital de Pulido Valente de 4 de Outubro de 2007, a Susana Isabel Pires Rodrigues Tomé, auxiliar de apoio e vigilância do quadro de pessoal do Hospital de Pulido Valente, a exercer funções, em regime de requisição, neste Laboratório Nacional, foi autorizada a prorrogação da requisição da referida funcionária por mais um ano, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 2007.

15 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 24 634/2007

Por deliberação do conselho directivo da Casa Pia de Lisboa de 8 de Outubro de 2007, foi Virgílio Mendes Fernandes Oliveira nomeado na carreira de motorista de transportes colectivos, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Direcção-Geral do Emprego
e das Relações de Trabalho

Despacho n.º 24 635/2007

Tendo em consideração a Portaria n.º 633/2007, de 30 de Maio, que regulou a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, bem como as competências das suas unidades orgânicas, tendo criado a Direcção de Serviços de Condições de Trabalho;

Tendo em consideração a Portaria n.º 656/2007, de 30 de Maio, que fixou em oito o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;

Tendo em consideração a conveniência de cometer parte das atribuições da Direcção de Serviços de Condições de Trabalho a uma unidade orgânica flexível:

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, determino o seguinte:

1.º É criada a Divisão de Condições Gerais de Trabalho, com as seguintes atribuições no âmbito das relações e condições de trabalho, com excepção da segurança, higiene e saúde no trabalho:

a) Preparar medidas de política, legislação, incluindo a transposição de directivas comunitárias, e regulamentação;

b) Preparar e apoiar a intervenção técnica nacional na adopção de instrumentos normativos comunitários e internacionais, em processos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, bem como em grupos técnicos para preparação da transposição ou acompanhamento de instrumentos comunitários;

c) Elaborar relatórios e respostas a questionários respeitantes nomeadamente à preparação ou aplicação de instrumentos normativos comunitários e internacionais.

2.º O disposto no número anterior produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

31 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.